Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM – Ata da 91ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada do Conselho Estadual de Política Ambiental Noroeste de Minas. Realizada em 04/05/2017 (quatro de maio de dois mil e dezessete), às treze horas, na Câmara Municipal de Unaí – Unaí/MG.

Aos quatro dias de maio de dois mil e dezessete, às treze horas, na Câmara Municipal de Unaí – Av. Gov. Valadares, nº 594 – Bairro Centro – Unaí/MG. Realizou–se a Nonagésima Primeira Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Noroeste de Minas, do Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM. Estiveram presentes os seguintes membros: O Presidente Dr. Afonso Rodrigues Boaventura – Supervisor Regional IEF, Dr. Rafael Vilela de Moura – Núcleo Jurídico SUPRAM Noroeste de Minas, os Conselheiros: Adelson Joaquim de Moraes – Secretaria de Estado de Cidades e de Integração Regional – SECIR; Helio da Silva Mota – Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – SETOP; Jose dos Anjos Luiz Alves – Polícia Militar Ambiental – Unaí/MG; Athaíde Francisco Peres Oliveira – Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Cátia Regina de Freitas Rocha – Prefeitura Municipal de Unaí; Pedro de Freitas Moreira – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário – SEDA; Juarez de Melo Souto – Comitê de Bacia – Paracatu MG SF7; Simone da Silva Neiva Oliveira – Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG; Thiago Rodrigues Cavalcanti – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG; Ricardo Rodrigues de Almeida – Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais – FAEMG; Adeilsa Maria Bonfin – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – FETAEMG; Alexandra Antunes Matayoshi – Federação das Associações Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de Serviços do Estado de Minas Gerais – FEDERAMINAS; Altegno Batista Dornellas – Associação de Proteção Ambiental de Unaí – APA; Antonio Eustáquio Vieira – Movimento Verde Paracatu – MOVER; Leandro Augusto Felix Tavares – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM; Francisco Pinto da Silva – CODEMA – PARACATU. **Afonso – Presidente –** Boa tarde a todos e a todas. Vamos dar início a nossa reunião. Pauta da 91ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Noroeste de Minas, do Conselho Estadual de Política Ambiental, COPAM, 04 de maio de 2017. Eu convido a todos, para ouvirem a execução do hino nacional. **Item 1. Execução do Hino Nacional Brasileiro.** Eu convido a todos para a execução do Hino Nacional Brasileiro. Execução do Hino. **2. Abertura pelo Subsecretário de Gestão Regional da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Presidente da URC Noroeste de Minas, Dr. Diogo Soares de Melo Franco. Afonso – Presidente** – Dando continuidade. **Item 2.** Peço licença pra fazer a leitura de um comunicado. Senhores Conselheiros, diante da impossibilidade de comparecimento do titular e primeiro suplente, representante da SEMAD junto à Unidade Regional Colegiada Noroeste de Minas, URC NOR. Conforme, composição estabelecida pela deliberação COPAM 1001/2016, indico o senhor Afonso Rodrigues Boaventura, Secretaria de Estado de Meio Ambienta e Movimento Sustentável, para presidir a 91ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Noroeste de Minas que será realizada no dia 04 de maio de 2017 às 13 horas, no município de Unaí. Atenciosamente, Diogo Soares de Melo Franco, Subsecretário de Gestão Regional da SEMAD e Presidente da URC Noroeste de Minas. **Item 3. Comunicado dos Conselheiros e Assuntos Gerais.** A Palavra está aberta. Ok. Antônio. **Antônio Eustáquio - MOVER –** Alô. Boa tarde a todos. Antônio Eustáquio, Movimento Verde de Paracatu. Queria só fazer um pequeno comentário

rapidamente. Eu tenho lido com muita calma, tranquilidade, com muito critério, os pareceres da SUPRAM, como também os recursos que, às vezes, são impetrados junto aos processos e eu não sei, como a gente poderia aproveitar essas oportunidades, mas eu queria sugerir para SUPRAM que busque uma maneira de tentar pelo menos um... um... uma... não uma reunião, mas um contato tanto com os técnicos que elaboram projetos pros empreendedores, como também tentar buscar junto aos advogados que às vezes entram com esses recursos, no sentido de que seja construído uma proposta diferente no Noroeste para que os empreendedores tenham, às vezes, as infrações, as punições que, às vezes, acontecem, como exercício pra se melhorar nos procedimentos de implementação dos processos que são licenciados pela SUPRAM, eu acho que é uma oportunidade que a gente tem que pode fazer com que o comportamento dos empreendedores na nossa região mudem um pouco. Eu acho que ninguém é a favor de punição pra... nenhum órgão é a favor de punição pra empreendedores ou pra quaisquer cidadãos que sejam. Então, eu acho que se descobrissem uma fórmula e uma maneira de chamar esse pessoal pra uma conversa, pode ser que os próprios técnicos, empreendedores atuem mais preventivamente né, buscando desenvolver suas ações de uma maneira mais equilibrada possível porque nós sabemos que toda degradação que acontece de uma maneira desapercebida ou mesmo maldoso que eu creio que mesmo com esses procedimentos, às vezes acontece porque nem todas pessoas são pessoas que têm boa vontade em trabalhar da melhor maneira possível, mas eu creio que a gente pode melhorar muito a atuação dos empreendedores aqui na nossa região e fazer com que a gente seja um orgulho pro país né. Eu lembro muito bem, quando nós iniciamos o processo de plantio de cana-de-açúcar aqui no Noroeste de Minas. Na ocasião, fazia parte da SUPRAM, da URC e na época, o Doutor Mauro Eloviti era o nosso Promotor e nós conseguimos fazer com que a queima de cana pra ser colhida, não acontecesse no Noroeste de Minas e, quando eu dizia isso pro pessoal que é ativista na área de meio ambiente pelo Brasil a fora, o pessoal duvidava, falava que era mentira, que isso não acontecia aqui. Então, eu falava com eles: "Isso é muito simples ou vocês procurem o Ministério Público da região ou vocês procurem a própria SUPRAM que vocês vão ter essas informações né" e na ocasião, tinha até um Secretário de Meio Ambiente de uma cidade aqui próxima, que era o mesmo da SUPRAM, ele bateu o pé querendo que... os técnicos mais antigos devem lembrar, bateu o pé querendo que a queima fosse autorizada na região, alegando ele que com a queima ia se ter muito mais empregos aqui, deve lembrar disso né. Então, nós conseguimos essa vitória, praticamente por unanimidade e hoje a gente tem o Noroeste de Minas, como referência no cultivo da cana, como a região que nunca houve queima pra acolher. Então, eu acho que, se a gente buscasse um meio de conversar com os técnicos que elaboram projetos para orientarem os empreendedores porque alguns não têm consciência, mas outros têm consciência né, eu acho que a gente poderia facilitar muito mais o trabalho pro pessoal técnico da SUPRAM, como também, a gente teria reuniões com bem menos processos, como nós tivemos na reunião passada com mais de 40 processos aqui, o que acaba causando constrangimento e é um prejuízo muito grande pra região, pros empreendedores e pros descendentes desses empreendedores, como pra todos da sociedade. Ora, essa é a minha fala, muito obrigado, um abraço a todos. **Afonso – Presidente –** Obrigado, Tonhão. Anotado, obrigado. **Major Luis Alves – 16ª Companhia de Meio Ambiente de Trânsito** - Boa tarde a todos, Major Luis Alves, 16ª Companhia de Meio Ambiente de Trânsito, em data de ontem, nós participamos a convite da SUPRAM e da FIEMG do lançamento de um programa né, que é FAPE, esse programa visa orientar e prestar informações a esses empreendedores que estão irregulares, não têm as autorizações de funcionamento e etc. Então, os senhores que têm aí acesso à comunidade, como um

todos, aos empreendedores aí e que necessitam de algum tipo de autorização de funcionamento, de autorização ambiental, procura a própria SUPRAM ou a FIEMG né porque nós estamos vivendo, conforme foi dito ontem, um acordo de cavalheiros e nos próximos 90 dias né, que teríamos uma "vacatio legis" que, na verdade, é a lei que diz isso, mas, no caso, tem um acordo de cavalheiro aí, que essas pessoas dentro do prazo de 90 dias, podem procurar a FIEMG e a SUPRAM, pra regularizar a sua atividade, após esse prazo, nós já temos conhecimento quais são essas pessoas né e, onde estão, nós vamos iniciar uma fiscalização e aí passado esse prazo de 90 dias, infelizmente as medidas legais são adotadas, eu nem sei, se o pessoal da SUPRAM ia falar sobre, mas, só estou adiantando, para que os senhores tomem conhecimento e orientem aquelas pessoas. **Afonso – Presidente –** Obrigado, Major. Fique à vontade. **Francisco – CODEMA –** Boa tarde a todos. Obrigado aí pela preferência. Vou agradecer à presença aqui do nosso Secretário de Agropecuária e Meio Ambiente, aqui presente no CODEMA lá de Arinos. Obrigado aí pela presença. Senhor Presidente, quero levar a informação a todos os Conselheiros e Conselheiras. Nós estivemos participando dia 12 de abril né, da entrega das obras do projeto de recuperação ambiental, lá na bacia do Rio Pardo, lá especificamente na comunidade de Burá, lá no município de Chapada Gaúcha e esse projeto foi muito importante pra aquela comunidade né, onde realmente é uma área bastante degradada né, então foi muito bom a gente participar e lembrando que esses recursos, eles foram adquiridos, através da outorga de água, através do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e foi também um projeto proposto aí pelo Comitê de Bacia Hidrográfica aqui do Rio Urucuia. Então, já tivemos participando lá nesse dia e ontem, foi levado várias comunidades participando e também a presença dos alunos do Instituto Federal lá do Norte de Minas, do campo de Arinos né, o pessoal, os alunos que tão estudando agropecuária e meio ambiente, então, participou desse dia de campo e foi muito proveitoso, onde, de fato, devolvendo minimamente aquilo foi destruído, através tanto da mão do homem, mas, também da erosão e de vários processos. Então, a gente tivemos lá participando, gostaria aqui de registrar pros colegas companheiros aqui do COPAM. Muito obrigado. **Afonso – Presidente –** Só pro nosso controle, você podia identificar, Francisco. **Francisco – CODEMA Arinos –** Ah, Francisco. Representando o CODEMA de Arinos. **Afonso – Presidente –** Ok. Mais alguém? Obrigado. Vamos passar ao item número **4. Exame da Ata da 90ª RO de 16/03/2017.** Exame da ata da 90ª Reunião Ordinária de 16 do 03 de 2017. Pode falar Hélio. **Hélio – SETOP –** Eu gostaria de solicitar uma correção só da sigla do DER, na linha, nas linhas aí 628, 629, 637, 650 e 662. Aonde, tá DR é DER. Obrigado. **Afonso – Presidente –** Ok. Mais alguém? Então, passo a votação. Quem for a favor da aprovação da ata, permaneça como está, contra se manifeste ou se abstenha. Aprovado. Vamos passar agora aos processos. **Item 5.** Ok. Ok, Antônio. **Adilson – COPASA** - Boa tarde a todos, meu nome é Adilson, servidor da COPASA, representante da Secretaria de Estado e Cidade e Degradação. Eu me abstenho, devido a não ter participado da reunião de 16 de março, ok. **Afonso – Presidente –** Ok. Obrigado. Agora podemos passar ao **item 5. Processo Administrativo para exame de Recurso ao Auto de Infração: Item** 5.1 Jacuí Agroflorestal Ltda./Fazenda Vimar ou Três Barras - Silvicultura - São Gonçalo do Abaeté/MG - PA/Nº 2541/2004/003/2015 - AI/Nº 6.720/2015 - Apresentação: Supram NOR. RETORNO DE VISTAS pelo conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti representante da FIEMG. **Thiago – FIEMG –** Destaque da FIEMG. **Afonso – Presidente –** Ok. Pode fazer uso da palavra já. **Thiago – FIEMG –** Senhor Presidente, eu tenho, na verdade, uma proposta nesse item. O empreendedor fez na sua defesa o pedido de aplicação da atenuante que trata da averbação da reserva legal nesse processo, mas, nesse auto de infração. Ocorre que pelo o que a SUPRAM colocou no parecer o empreendedor não

fez a averbação de reserva legal, mas, fez a inscrição no cadastro ambiental rural e aí também fazendo a definição da reserva legal nesse cadastramento e tal rural. Apesar, do decreto 44844 determinar que a atenuante ocorre nos casos de averbação de reserva legal, a gente teve todo o nosso ordenamento jurídico sobre reserva legal alterado nos anos de 2012 com a legislação federal e no ano de 2013 com a legislação estadual, alterando a necessidade de averbação de reserva legal pela inscrição no cadastro ambiental rural, inclusive, após esse alteração da legislação, a Controladoria Geral de Justiça que faz os provimentos pros cartórios determinando as formas de atuação dos cartórios, fez também a substituição da necessidade de averbação de reserva legal por inscrição no cadastro ambiental rural. Isso foi feito, através do provimento 314, que foi o último, mas antes disso, foram revogados diversos é provimentos que determinavam a averbação da reserva legal, inclusive, alguns cartórios no estado de Minas Gerais, nem mais aceitam fazer a averbação de reserva legal exatamente porque não existe mais os provimentos da Controladoria Geral de Justiça que determinam essa obrigação ao empreendedor. Então, como o empreendedor realizou o cadastro ambiental rural, fez a demarcação da reserva legal e o próprio provimento 314 da Controladoria Geral de Justiça determina que, quando for haver qualquer transferência do imóvel, o documento a ser averbado no cartório é a inscrição no CAR e não mais a reserva legal, existem diversas decisões, inclusive do Tribunal de Justiça que falam sobre a inexigibilidade de averbação de reserva legal e sim inscrição no cadastro ambiental rural, eu queria sugerir a aplicação da atenuante da reserva legal, nesse caso, já que a legislação vigente no que tange a reserva legal está cumprida com a inscrição do imóvel e demarcação da reserva legal no cadastro ambiental rural. É essa a proposta da FIEMG. **Renata – SUPRAM NOR –** Quanto a aplicação da atenuante, levando em consideração o CAR. No início, nós tivemos vários questionamentos, quanto a aplicação né, considerando a inscrição CAR. Diante desses questionamentos, a gente fez uma consulta, a SUPRAM Noroeste fez uma consulta a Subsecretaria Processual de Apoio Normativo, diante dessa consulta, foi.. é... da manifestação número 01 de 2017, foi nos passado por entendimento da SEMAD é que é inaplicável essa atenuante considerando somente a inscrição no CAR porque a conclusão que aconteceu na manifestação é o seguinte: somente, após, quando de análise do CAR e a aprovação da área pelo órgão é que o conteúdo da reserva legal no CAR será equivalente ao da antiga averbação da reserva legal na matrícula do imóvel é porque hoje, apenas, tem apenas a inscrição, não tem ainda uma aprovação, então o empreendedor ao né, ao escrever ali no CAR, ele coloca uma área de reserva legal que amanhã, ele pode ir lá e alterar porque não traz nenhuma segurança pra SEMAD. Então, esse é o entendimento e nós aplicamos somente nos casos em que ocorre, está averbada essa reserva na matrícula. **Rodrigo – SUPRAM NOR** - Boa tarde, Rodrigo, Diretor de Controle Processual da SUPRAM NOR. Apenas, complementando o que a Renata acabou de informar. O entendimento da SEMAD é justamente em função de que o decreto 44.844 que estabelece hoje os requisitos legais, passíveis de serem condicionados, como... entendidos, como atenuantes e agravantes, são requisitos objetivos, então, se o decreto fala reserva legal averbada e preservada, nós não podemos fazer uma analogia com a forma de regularização ambiental posterior que foi feita especificamente para a reserva legal. Hoje, a norma não exige averbação para regularização, ela é feita pelo CAR, ok. Só que o requisito objetivo do decreto continua a averbação e esse decreto está sendo mudando até que venha alguma alteração dele é pra seguir da forma como está. A averbação específica, inclusive, eu tenho participado do grupo de trabalho que analisa proposta de minuta de alteração do decreto, essa atenuante, ela será também extinguida entendendo que reserva, a preservação de reserva, APP, já não são benefícios ao empreendedor e sim são requisitos legais que ele já

tem cumprido necessariamente. Então, por isso, a SUPRAM entende que nós temos que continuar mantendo a averbação, como atenuante somente, o CAR não pode ser condicionado, como atenuante. **Thiago – FIEMG –** Mesmo entendendo o posicionamento da SUPRAM, a FIEMG continua com a proposta, por entender que houve a substituição na legislação do instrumento e mesmo que ainda não tenha sido feita a análise desses cadastros ambientais rurais, não foram feitas porque o programa de regularização ambiental ainda não foi lançado pelo estado de Minas Gerais, então, mas, as informações estão lá, colocadas pelo empreendedor, então, por isso, a sugestão de aplicação dessa atenuante. **Afonso – Presidente –** Ok. Mais alguém? Vamos passar... Ok, pode falar, Antônio. **Antônio Eustáqio – MOVER –** Olha, eu tinha anotado aqui exatamente pra solicitar uma manifestação do jurídico aqui. Mais uma vez, eu quero parabenizar a turma porque a turma tá afiada viu companheiro, tá afiada e craque. Então, eu acho que a história é essa mesma e eu acho que a cada dia que passa, nós estamos caminhando pra uma evolução muito maior na nossa região. Parabéns, concordo plenamente com o posicionamento do jurídico da SUPRAM e acho que o Noroeste está em boas mãos aqui no que diz respeito a análise desses processos. **Ricardo – FAEMG -. Afonso – Presidente –** Ok. **Ricardo – FAEMG –** Em comum com o entendimento esposado com o Conselheiro Thiago. Não havendo, hoje, legalidade e mesmo um disciplinamento para que se faça mais as averbações junto aos cartórios de registros de imóveis em razão do surgimento do CAR, então, eu entendo que está sanada a questão da reserva e eu acompanho o entendimento do Conselheiro Thiago, muito obrigado. **Rodrigo – SUPRAM NOR –** Apenas, para informar que a reserva legal pode ser averbada, se o cartório se recusar a averbar, existem os meios legais específicos para fazer que o cartório averbe. Então, a averbação, ela não está proibida, nem está abolida, ela pode ser averbada a qualquer momento e, se o cartório se recursar, existem os meios próprios para o fazê-lo. **Ricardo – FAEMG –** Se, nós temos uma legislação federal que dispensa, que dispensa essa averbação, não tem por que o cartório ser compelido por quem quer que seja, pra poder que se faça a averbação e até mesmo pra poder atender uma legislação infra constitucional ou infra legal em relação a legislação federal. Se, nós temos um decreto do estado que manda, que se faça, mas tem uma lei federal que diz que está abolido, não há que se insistir na questão. **Rodrigo – SUPRAM NOR –** Ressaltando que tanto a legislação federal, quanto a estadual, legislação é... código florestal estadual e federal, eles não aboliram a averbação, apenas, desobrigaram, ela existe. **Ricardo – FAEMG –** Muito bem. **Afonso – Presidente –** Ok. **Ricardo – FAEMG –** Ora, se não há obrigação e ninguém está obrigado a fazer nada a não ser em virtude de lei, é princípio constitucional, não tem por que exigir que se faça. **Não se identificou –** Só concluindo. A atenuante que consta no artigo 68 do decreto, ela fala, ela é bem clara ao colocar a averbação no cartório de registro de imóveis, ela não fala em CAR, só pra esclarecer. **Athaíde – MP –** Só fazer um comentário que pela própria leitura do artigo 17 do código florestal. A questão da reserva legal, hoje, ela é facultativa, então, uma vez inscrito no CAR, tal como apresentado pelo correspondente da FIEMG, então a averbação cartorária passa a ser facultativa. Agora, é evidente o conflito normativo, mas, do ponto de vista ambiental, nós não podemos só contentar, vamos dizer assim, com a reserva de papel, necessária a vistoria prévia, a compensação, ou mesmo, a vistoria interna do imóvel. Então, o Ministério Público só faz essa ponderação aí que é factível o conflito normativo exposto pelo doutor Ricardo né e da mesma forma, acompanhando o entendimento da FIEMG. Mas, de outro ponto, a averbação da reserva passa a ser facultativa pelo artigo 17 do código e do ponto de vista ambiental há necessidade não só da declaração no CAR, mas também da vistoria prévia, que essa reserva seja efetivada em termos materiais. É só um posicionamento e até declarando

que o Ministério Público vai se abster da votação, muito obrigado. **Afonso – Presidente –** Ok. Mais alguém. Bom, então, vamos passar a votação do item 5.1. Quem for a favor do parecer da SUPRAM, permaneça como está, contra se manifeste ou se abstenha. Aprovado o parecer da SUPRAM. **Thiago – FIEMG –** O voto favorável ao parecer, mas com a aplicação da atenuante da reserva legal. **CBH Paracatu –** Abstenção por dúvidas reais de averbação da reserva no conhecimento prático da coisa. **Ricardo – FAEMG –** Eu também quero dizer que estou acompanhando o voto da SUPRAM, com essa ressalva da questão da atenuante aí. O espírito da discussão é apenas em relação a isso. **Afonso – Presidente –** Aprovado. Vamos passar ao **item 6. Processo Administrativo para exame de Recurso de Alteração de Condicionante da Licença de Operação:** Item 6.1 Agrícola Xingu S.A. - Beneficiamento primário de produtos agrícolas: limpeza, lavagem, secagem, descascamento ou classificação, Comércio e/ou armazenamento de produtos agrotóxicos -Unaí/MG - PA/N° 12358/2006/003/2013 - Classes 3 - Condicionante 01. Apresentação: Supram NOR. Vamos passar a votação. Quem for a favor do parecer da SUPRAM, permaneça como está, contra se manifeste ou se abstenha. Aprovado. **Item 7. Avaliação Ambiental Integrada - AAI da Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos -** UPGRH do Alto Rio Paranaíba - PN1. Apresentação: Grupo de empreendedores Minas PCH S.A./Energest S.A. (EDP)/AEL Atividade Empresarial com o acompanhamento da Diretoria de Estudos e Projetos Ambientais – DEPA/SUGA/SEMAD. Vocês podem fazer a apresentação, podem iniciar. Microfone, por favor. **Breno – Empresa SET –** Boa tarde a todos. Meu nome é Breno, eu sou da empresa SET e fui o Coordenador responsável pela elaboração dessa avaliação ambiental integrada, que é da UPGRH Alto Rio Paranaíba e das Sub Bacias dos Rios São Marcos e Verde. Os empreendedores responsáveis por essa avaliação ambiental integrada é a Minas PCH a EDP e a AEL Atividade Empresarial. Eu vou falar aqui sobre a estrutura dessa avaliação ambiental integrada e dessa avaliação. A gente vai começar com históricos e objetivos. Falar sobre a abrangência desse estudo, o cenário e avaliação desse estudo, a estrutura metodológica geral de uma avaliação ambiental integrada. A etapa de caracterização, como que foi feita. A etapa de avaliação ambiental distribuída e os conflitos existentes nessa UPGRH, a etapa de avaliação ambiental integrada, avaliação que a, a avaliação ambiental integrada propriamente dita, as considerações finais, diretrizes de recomendações que é o principal produto de um documento desse e a equipe técnica responsável, eu devo gastar nessa apresentação em torno de 1 hora tá, que é um documento um pouco complexo, mas eu vou tentar ser o mais esclarecedor possível aqui na apresentação. Então, os históricos e objetivos. Primeiramente, pode dar um clique. Em 2012, tem esse DN COPAM, que é a DN 175 que exige que sejam realizadas avaliações ambientais integrada no estado de Minas Gerais para regulamentação de empreendimentos hidrelétricos. Em seguida, em 2013, tem a solicitação de autorização junto à SEMAD pra realização e elaboração dessa avaliação ambiental integrada. Em 2014, a SEMAD por meio da resolução 2.196 determina a elaboração da avaliação ambiental integrada da UPGRH PN1. Em 2015, em fevereiro, a Minas PCH, a AEL e a EDP protocolam a avaliação ambiental integrada na SUPRAM. Em outubro, a gente tem o atendimento as informações complementares número 1, que foi solicitadas pela SEMAD. Já em março de 2016, a gente tem o atendimento a uma segunda informação complementar solicitada pela SEMAD e em junho desse mesmo ano o atendimento as informações complementares número 3 e em 2017, pode passar. Em fevereiro, a resolução SEMAD número 2.464, tem o acatamento da avaliação ambiental integrada da UPGRH PN1, como instrumento de gestão ambiental no estado de Minas Gerais. Pode passar. Bom, uma coisa assim que, voltando lá na questão do histórico, quero deixar bem claro é que a metodologia dessa avaliação ambiental integrada,

ela seguiu estritamente o que está disposto na deliberação normativa 175. Quais são os objetivos de uma avaliação ambiental integrada. Então, primeiro compreender a dinâmica sócio econômica e ambiental do território e os possíveis efeitos cumulativos e sinérgicos, advindos da implantação de empreendimentos hidrelétricos presentes e futuros, considerando os conflitos existentes e potenciais em torno do uso dos recursos naturais. Então, a gente tá com o objetivo da avaliação ambiental integrada, a gente tá avaliando o ambiente, como está hoje e em 2 cenários futuros que a gente vai vê um pouquinho mais pra frente. Também, definir e recomendar as diretrizes pra compatibilizar a geração de energia com a conservação da biodiversidade e a tendência de desenvolvimento sócio econômico da bacia. Pode passar. Pode passar. Qual que é a abrangência desse estudo? Então, aqui, a gente tem a bacia do Rio Paranaíba com as suas Sub Bacias e dá um clique, por favor. E aqui, essa área seria a área de estudo da nossa avaliação ambiental integrada que é pegando a UPGRH PN1, do estado de Minas Gerais que é o Alto Paranaíba, pode passar. Então, aqui a gente vê em verde a UPGHR Alto Paranaíba e em Rosa, a Sub Bacia dos Rios São Marcos e Verde, que estão no estado de Goiás. Pode passar. Aqui, a gente vê são 38 municípios, com o Distrito Federal, 39, pode passar, dá um clique. Mais um, é que não apareceu, volta, por favor. Mas, aqui então, é o seguinte, os municípios que fazem parte dessa URC, nós estamos no Noroeste, seria Unaí, esse primeiro aqui em cima, aqui embaixo, logo abaixo, Paracatu e logo abaixo Guarda-Mor, então, essa tira aqui que seria relacionada a essa URC. Pode passar. Por que que a gente incluiu as Sub Bacias dos Rios São Marcos e Verde nesse estudo? Primeiro pra manutenção da unidade geográfica do trecho Alto da Bacia do Paranaíba. Uma outra, seria a importância face econômica regional das Sub Bacias dos Rios São Marcos e Verde pra essa região do Paranaíba. Os conflitos de uso de água no alto do Rio São Marcos, empreendimentos em operação e previstos, cujo o impacto refletem nessa unidade de planejamento, que seria, por exemplo, a questão de Serra do Facão, UHE Serra do Facão e UHE Batalha. Atendimento ao artigo 3° da DN 175 de 2012 que diz: "AAI será elaborada para os cursos de água de dominalidade do Estado de Minas Gerais". Então, o Rio São Marcos e o Rio Verde em algum momento, eles fazem parte da divisa de estado entre Minas Gerais e Goiás. Também, as contribuições da audiência pública da UHE Gamela, que é uma hidrelétrica localizada no município de Coromandel e a área de abrangência, essa área de abrangência também foi discutida e acordada tanto com a SEMAD, quanto com o Ministério Público Estadual. Pode passar. Quais são os cenários de avaliação? Então, a gente tem, a gente analisa numa avaliação ambiental integrada, de acordo com o TR, o item 2 do TR, o cenário atual, que é o ano de estudo, no cenário de médio prazo que são os próximos 10 anos e o cenário de longo prazo, que são os próximos 18 anos. Pode dar um clique. Então, no cenário atual, a gente tem 11 empreendimentos em operação nessa UPGRH, a gente vê cada bolinha aqui é um empreendimento que está em operação, isso com o ano de 2014, que quando foi desenvolvido o estudo. No cenário de médio prazo, que seria de 2024, a gente tem, inclusão nessa bacia de 10 empreendimentos hidrelétricos e o quê que a gente, como que a gente separou esses cenários? Os cenários de médio prazo seriam aqueles projetos que tem projeto básico aceito pela ANEL e/ou está em processo de licenciamento ambiental. Então, só alguns exemplos aqui, a gente tem aqui, o UHE Davinópolis, aqui o UHE Gamela, aqui algumas, isso o cenário de médio prazo, algumas PCHS no Rio Jordão e algumas PCHS no Rio Bagagio. Num cenário de longo prazo que seria pra 2032, a gente tem a inclusão nessa UPGRH de mais 12 empreendimentos, que seriam, que tem como premissa o inventário estar aprovado pela ANEL. Então, a gente tem aqui nessa região aqui da URC Noroeste, ali em vermelho ali, que seria a UHE Mundo Novo, aqui tem a PCH Escada, é há mais algumas PCHS aqui no Rio Jordão, outras aqui no Rio Bagagio. Pode

passar. Qual que é a estrutura metodológica geral de uma avaliação ambiental integrada? Pode passar. Então, a gente tem, no primeiro são 3 etapas. Então, a gente tem na 1ª etapa, a caracterização, isso seria a identificação das principais características, ambientais, econômicas e sociais dessa área que a gente tá estudando, pode passar. E a gente divide em 3 temas ambientais que pra frente eu vou apresentar os resultados com base nesses 3 temas, que seriam: os recursos hídricos e eco sistemas aquáticos, meio físico e eco sistemas terrestres e sócio economia. Pode passar. Numa segunda etapa, a gente entra na avaliação ambiental distribuída, onde a gente identifica os impactos e as vulnerabilidades, fragilidades e potencialidades dessa área de estudo no cenário atual e analisa também a questão dos conflitos que são... que é a identificação dos conflitos potenciais coma implantação desses novos empreendimentos que virão e numa 3ª etapa e última etapa seria a avaliação ambiental integrada, onde a gente faz uma avaliação dos efeitos sinérgicos e cumulativos resultante dos impactos ambientais ocasionados pelos empreendimentos hidrelétricos previstos para o médio e longo prazo. Aquele slide que eu mostrei anteriormente de médio e longo prazo, a gente faz uma análise daqueles empreendimentos entrando nesse cenário e faz também nessa etapa a proposição de diretrizes e recomendações que é a parte mais importante, considero o mais importante desse documento. Então, agora, nós vamos falar de cada etapa daquela. Etapa de caracterização, uma metodologia geral, primeiro a gente busca informações sobre os empreendimentos hidrelétricos. Próximo. Numa pesquisa bibliográfica em banco de dados. Aí a gente tem, faz uma seleção desses elementos de caracterização, que é uma descrição dos elementos e observando sempre os aspectos relevantes para a questão de empreendimentos hidrelétricos. Pode passar. Esses, esses, essas informações são incorporadas ao sistema de informação geográfica que é a base da metodologia de uma avaliação ambiental integrada, isso gera o relatório de caracterização. Pode passar. Quais foram os principais estudos de referência usados nessa avaliação ambiental integrada? A avaliação ambiental integrada da Bacia do Paranaíba, que foi feito pela EPE em 2007. O zoneamento ecológico e econômico do estado de Minas Gerais, plano de recursos hídricos da bacia hidrográfica do Rio Paranaíba, o plano de ação de recursos hídricos da unidade de gestão hídrica, afluentes mineiros do Alto Paranaíba. Plano de ação de recursos hídricos da unidade de gestão hídrica do Rio São Marcos e aqueles dados disponíveis de empreendimentos hidrelétricos licenciados ou em fase de licenciamento na área de estudo. Nessa questão, eu queria assim, ressaltar uma questão porque lá na... nós fizemos essa apresentação em Uberlândia para a URC Triângulo e nos foi questionado porquê que a gente não citou um parecer do IBAMA para o processo de LI, de LP, LI da UHE Davinópolis, então, eu queria citar. Nós usamos esse parecer pra fazer o diagnóstico e levamos em consideração o quê que tá colocado nesse parecer, que é a importância do Alto Paranaíba para a questão de espécies migratórias de longa distância, espécie de peixes migratórios de longa distância, mais pra frente a gente vai ver esse assunto recorrente. Pode passar. Etapa de caracterização, então, vamos aos temas que a gente utilizou pro estudo e os resultados. Eu vou falar sobre os temas e vou dar um exemplo de resultado porque é muito extenso, se não a gente ficaria aqui a tarde toda falando sobre só esses resultados. Mas, pra aquele tema recurso hídrico e eco sistemas aquáticos, a gente fez uma caracterização das características fisiográficas e hidrológicas da bacias, características climáticas, disponibilidade hídrica, de demanda de água, de qualidade de água superficial, o uso atual dos recursos hídricos, de hidrogeologia, ictiofauna e vegetação marginal e macrófitas aquáticas. Aqui, a gente tem um exemplo, depois dos levantamentos feitos, o mapa aqui da qualidade da água superficial nessa área de estudo. Pode passar. Pra meio físico e eco sistemas terrestres, os temas estudados foram geologia e recursos minerais, paleontologia, potencial espeleológico, que é

o potencial de cavernas, sismicidade, geomofologia, solos de aptidão agrícola, suscetibilidade de erosão, uso do solo e cobertura vegetal, fauna, unidade de conservação e demais áreas protegidas. Aqui, a gente tem um exemplo, como resultado um mapa de uso do solo e cobertura vegetal. Pode passar. Pra sócio economia, a gente tem dentre os temas estudados, condições de vida, saúde, índice de desenvolvimento humano, o IDH, dimensão econômica, ocupação, base econômica, potencial turístico, malha viária, demografia, populações tradicionais, atividade pesqueira, agricultura familiar, patrimônio cultural, finanças, capacidade financeira da gestão municipal, compensação financeira ativista mineral e o ICMS ecológico. Também, estudamos a dimensão institucional, que é o índice de desempenho da gestão cultural dos municípios, a legislação, planos e políticas governamentais, além da atuação governamental na gestão dos recursos hídricos. Como exemplo aqui de resultado, a gente tem um mapa do índice de desenvolvimento humano para essa região estudada. Pode passar. Só um minutinho. Então, voltando aqui. Vamos, então, pra etapa de avaliação ambiental distribuída que é a AAD. Nessa etapa, como eu falei anteriormente, a gente tá estudando o cenário atual de quando a gente fez o estudo, então, como metodologia geral, a gente parte da caracterização daquelas informações que a gente obteve na fase anterior e com base nessas informações, a gente faz a definição dos indicadores e da matriz de sensibilidade dessa área. Também, faço a definição e indicadores e da matriz dos impactos cumulativos e sinérgicos dessa área com os empreendimentos atuais né. Depois, face naquela linha de cima, o mapeamento dos indicadores de sensibilidade. Pode passar. E depois, subsequente a esse mapeamento dos indicadores de sensibilidade, um mapeamento de fragilidade e potencialidade por área. Também, um mapeamento dos indicadores dos impactos cumulativos sinérgicos e essas duas linhas andam em paralelo. E, quando a gente tem esse resultado, a gente faz a definição de sub áreas, que vocês vão ver o mapa mais pra frente do quê que seriam essas sub áreas. E, por fim, a gente tem ao final dessa etapa de avaliação ambiental distribuída, o mapeamento das vulnerabilidades e capacidade de resposta sócio econômica por sub área. Pode passar. Então, como eu falei anteriormente, tá muito claro o slide, não tá dando pra ver, mas, basicamente, a metodologia de uma avaliação ambiental integrada é por meio de análise multi critério, então, eu tenho nessa primeira linha as variáveis ambientais, que eu busquei lá da caracterização e eu cruzo essas variáveis ambientais pra me dar os indicadores de sensibilidade ambiental, que a gente chama de ISA ou potencialidade no caso do efeito positivo. Eu pego esses indicadores de sensibilidade ambiental, nessa linha de baixo e vou cruzar esses indicadores de sensibilidade e eu vou ter a fragilidade ambiental daquela área que eu tô estudando. Pode passar. Aqui, eu acho que fica mais claro, como exemplo, o mapeamento da sensibilidade dos eco sistemas terrestres. Esse aqui a título de exemplo, tá gente. Então, eu tenho um componente de potencial de biodiversidade, que é esse primeiro mapa, um componente de áreas prioritárias pra conservação e eu tenho um terceiro item que é componente de unidade de conservação. Você vê que nessa área toda tem muito pouca unidade de conservação, então, o cruzamento desses 3 mapas. Dá um clique, por favor. Eu vou ter um mapeamento da sensibilidade dos eco sistemas terrestres nessa região, então, a gente vê aqui que o vermelho é a sensibilidade mais alta, o amarelo, uma sensibilidade média, aqui tem dois tons de amarelo, não sei, se tá dando pra ver aí, tem a alta que é um amarelo mais escuro e a média, que é um amarelo mais claro e a verde, que é a mais baixa sensibilidade. Pode passar. Aquelas sub áreas que eu falei, então nós temos 3 sub áreas, uma do Alto Paranaíba, que vai das nascentes até a confluência com o Rio São Marcos, que é a sub área 2. A sub área 1, que é essa que nós estamos tratando aqui, que vai das nascentes do Rio São Marcos até a confluência com o Rio Paranaíba e uma terceira sub área, que é essa

aqui, que é a jusante da confluência do São Marcos com o Rio Paranaíba. Pode passar. Então, vamos pros resultados dessa avaliação ambiental distribuída, pode passar. Então, como eu falei com vocês, a metodologia básica de uma avaliação ambiental integrada é o cruzamento de informações, então aqui também a gente faz o cruzamento dos impactos negativos para os meios, para os recursos hídricos e eco sistemas aquáticos, meio físico e eco sistema terrestre e sócio economia. O cruzamento desses 3 mapas, eu vou ter o mapeamento dos impactos negativos no cenário atual, que é esse mapa, é o cruzamento daqueles 3 então, a gente vê aqui que em vermelho, que são os impactos mais altos, estão relacionados aos grandes empreendimentos já em operação dessa bacia. Pode passar. Bom, então, aqui quais são os principais impactos. Pro eco sistemas aquáticos, a gente tem a eliminação de rota migratória de longa distância pra peixes no Rio São Marcos e Rio Paranaíba, que com a implantação desses empreendimento aqui, que começa em Itumbiara, Emborcação, Serra do Facão e Batalha. Alteração da Fisiografia Fluvial e das características hidrológicas do rio. Potencialização de uso da água. Pra eco sistemas terrestres, a gente tem a supressão de cobertura vegetal e, com isso, uma consequência de perda de biodiversidade. A erosão e instabilidade em costa imaginais, que são as zonas de depressão dos reservatórios. E pro meio sócio econômico, a gente tem uma alteração do sistema de produção em vínculos culturais e de sociabilidade na área do reservatório e no seu em torno direto, a alteração dos aspectos, conforme condições de vida nos municípios atingidos por esses empreendimentos e pressão sobre a infra estrutura sócio econômica. Do caso aqui de Emborcação, a gente tem uma sede do município a menos de 1 quilômetro do empreendimento. Pode passar. Tem os impactos negativos, mas também tem os impactos positivos. Quais seriam esses impactos positivos, aí aqui muda a cor, o verde seria um impacto positivo muito alto. Então, naqueles empreendimentos que por um lado você tem um impacto negativo alto, a gente também tem um impacto positivo, isso mais relacionado a questão sócio econômica, então, como muito alto a gente tem os efeitos sinérgicos relacionados ao aumento da arrecadação tributária, dinamização do mercado de trabalho, com a implantação das UHS Itumbiara e Emborcação. Destaque para os municípios de Tupaciguara e Araguari tá aqui, Tupaciguara aqui e Araguari por aqui. Como impacto positivo alto, a gente tem a dinamização econômica, embora em menor magnitude, também Catalão, Campo Alegre de Goiás, Davinópolis, Ouvidor e grupo de municípios localizados na confluência do Rio Paranaíba com São Marcos, com a implantação da UHE Serra do Facão. Pode passar. Depois que eu fiz o, que eu tenho aqueles impactos, eu vou e eu tenho a fragilidade porque é o cruzamento da sensibilidade, eu vou ter um outro cruzamento que eu vou ter ao final a vulnerabilidade daquela área, então no caso aqui, pra recursos hídricos, eco sistemas aquáticos. Eu peguei o mapa de fragilidade ambiental e vou cruzar com o mapa de impacto. Pode dar um clique. E eu vou ter esse mapa de vulnerabilidade dessa UPGRH. Pode passar. Então, quais são os principais vulnerabilidades pra recursos hídricos e eco sistemas aquáticos no cenário atual? Com muito alta, a gente vê área prioritárias pra conservação da ictiofauna. Toda essa área aqui em vermelho, aquela areazinha também nessa, próximo aqui, nessa sub área 1, que é veredas do Rio São Marcos, que é considerado uma área prioritária pra conservação. Trechos, lotes para migradores de longa distância, que é uma vulnerabilidade. Qualidade da água e conflito de uso da água nos Rios Paranaíba, Bagagem e Perdizes, que essas áreas aqui em vermelho. Como alta, a gente tem trecho, lote para migradores de curta e média distância no Rio Dourados, que é esse rio aqui. A alteração da qualidade da água da dinâmica hidro sedimentológica a jusante das barragens e o conflito de uso da água no alto do Rio São Marcos. Pode passar. Da mesma forma que a gente fez pros eco sistemas aquáticos, a gente vai fazer pra meio físico e eco sistemas terrestres, então,

eu cruzo o mapa de fragilidade d eco sistemas terrestres com o mapa de impactos e vou ter esse mapa de vulnerabilidade. Quais são as principais vulnerabilidades observadas no cenário atual. Pode passar. Então, pra meio físico e eco sistemas terrestres, a gente observa área de prioridade extremamente alta pra conservação, que são os afluentes da margem direita do Rio São Marcos, que é esse vermelhinho aqui. Sensibilidade geológica de solução e abatimentos em áreas cársticas com potencial paleontológico, bem nessa área aqui. Áreas de prioridade muito alta pra conservação, são as matas de Itumbiara e regiões dos rios de Santo Inácio e Santo Antônio das Minas, que pega essa área e essa área aqui. E erosão do médio e baixo São Marcos. Em setores compostos declividades, como serra e bordas de tabuleiros. Pode passar. E vulnerabilidade do meio sócio econômico e patrimônio cultural. Da mesma forma dos anteriores, a gente cruza fragilidade do meio sócio econômico e patrimônio cultural e os impactos e a gente vai ter um outro mapa, que é um mapa de vulnerabilidade do meio sócio econômico, patrimônio cultura no cenário atual. Pode passar. A gente observa o que condições de vida, como vulnerabilidade, a questão de condições de vidas, acesso a educação, a renda, infra estrutura básica, nos municípios de Tupaciguara, Estrela do Sul e Douradoquara. Potencial de comprometimento dos recursos naturais nos municípios de Pato de Minas, Presidente Olegário, Monte Carmelo e Lagoa Formosa. E fatores de sensibilidade, como exposição e organização territorial, condições de vida, recursos minerais e terras favoráveis para agricultura em Tupaciguara. Pode passar. Pro mapeamento de capacidade de resposta sócio econômica que são os efeitos positivos nessa área com a vulnerabilidade. Pode passar. Eu vou ter esse mapa de capacidade de resposta sócio econômica dos municípios. Pode passar. Então, o quê que seria a capacidade de resposta sócio econômica dos municípios? Seria a agregação dos efeitos positivos potenciais dos empreendimentos hidrelétricos, junto a vulnerabilidade sócio econômica, então, assim, eu tenho a vulnerabilidade sócio econômica daquela região, mas tenho também os efeitos positivos e eu cruzando esses 2 dados, eu tenho essa informação. Então, o que a gente observa é o que, que a capacidade financeira e geração de valor econômico elevam a capacidade de resposta em grande parte dos municípios da área de estudo, como exemplo, Cristalina, Catalão, Patos de Minas, Coromandel e Patrocínio. Então, quer dizer, são municípios que vão receber o impacto com a implantação dos nossos empreendimentos, aliás, com os empreendimentos atuais, mas que eles têm uma capacidade de resposta sócio econômica, eles conseguem absorver aquele impacto do ponto de vista sócio econômica tá gente e municípios de base econômica mais frágil, apresentam menor capacidade de resposta, dentre eles, a gente cita aqui, Lagamar, Guimaranea, Cruzeiro da Fortaleza, um trecho Grupiara, Cascalho Rico e Romaria, pra esses municípios são indicados lá nas recomendações programas e projetos ambientais que são especialmente necessários pra esses municípios. Finalizando a avaliação ambiental distribuída, a gente tem a parte de conflitos. Esse mapa é o mapa do IGAM de áreas declaradas de conflito de uso da água, então, aqui cada ponto vermelho aqui é considerado uma área de conflito de uso de água, então os principais conflitos observados nessa região estudada, tem o uso da água, a questão do abastecimento, irrigação com geração de energia, o uso do solo, extração de recursos minerais com a exploração agrícola, o uso da ocupação do solo, com a manutenção da biodiversidade, então, tem algumas áreas prioritárias pra conservação de eco sistemas nativos e unidade de conservação, mas, por outro lado, tem o interesse agropecuário. O uso de ocupação do solo, com a manutenção da qualidade da água e conflitos por terra, que é na região da Serra do Salitre, Carmo do Paranaíba, Catalão e Paracatu. Pode passar. Gente, tu tô correndo muito ou tá dando pra acompanhar? Então, vamos lá. Etapa de avaliação ambiental integrada, que é a 3ª etapa da avaliação ambiental. Então, a metodologia, da mesma forma

que eu falei na avaliação metodológica distribuída, é uma análise multi critério, só que nesse momento, a gente vai analisar no médio e no longo prazo, de acordo com aquele primeiro mapa que eu mostrei lá falando que isso é uma determinação da DN 175. Então, um primeiro momento, a gente cruza as fragilidades e os impactos com aqueles exemplos que eu dei, a gente tem a vulnerabilidade, depois a gente cruza a vulnerabilidade com os efeitos positivos e a gente tem a capacidade de resposta. Pode passar. Os resultados, então, aqui eu vou falar, os impactos no médio prazo e no longo prazo, vulnerabilidade também no médio e no longo prazo pra cada item daqueles que a gente falou, cada tema. Então, para impactos no médio prazo, a gente observa pra implantação daqueles novos empreendimentos, se não me engano, são 11 empreendimentos no médio prazo. Perda de trecho lógico do Alto Paranaíba, com a implantação das UHES Gamela e Davinópolis, que são essas duas aqui. Restam ainda 410 quilômetros, que é esse trecho todo aqui, sem segmentação. Então, tem também a segmentação do Rio Dourados, que é esse rio aqui, já tem implantação de um empreendimento aqui, com a CGH, com a implantação da CGH Dourados, a alteração da dinâmica hídrica e sedimentar da qualidade das águas também para a implantação das UHES Gamela e Davinópolis. No caso do Rio Perdizes, tem empreendimentos com trecho vazão reduzida que é um impacto. No Rio Jordão tem a perda de 16 quilômetros de trecho lógico, então a gente perde um trecho de migração de média distância para peixes. E empreendimentos previstos no Rio Perdizes configuram potencial conflito de uso da água. No caso de eco sistemas terrestres, que é o verdinho aqui que não tá aparecendo, tem essa supressão vegetal em áreas de média prioridade pra conservação e de vegetação savânica no Rio Perdizes, que seria o cerrado né, erosões nas margens dos reservatórios e a jusante nos barramentos. E no caso da sócio economia, tem essa pressão sobre infra estrutura sócio econômica no caso da UHE Davinópolis, tem uma proximidade do Rio Santo Antônio do Rio Verde em Catalão e da sede de Davinópolis que fica a cerca de 5 quilômetros e também a interferência sobre os modos de produção e vínculos sociais nos municípios de Guarda-Mor, Coromandel, Davinópolis, Abadia dos Dourados e Catalão. Isso com implantação das UHES Davinópolis e Gamela que são essas duas aqui no Rio Paranaíba. Pode passar. Então, impactos no longo prazo. No longo prazo, ai a gente tem a inserção de mais 10 empreendimentos nessa área, só ressaltando de novo gente, vocês estão vendo que assim, a maioria dos empreendimentos estão localizados nessas duas sub áreas. Aqui na região Noroeste só tem um empreendimento lá em cima que seria o UHE Novo Mundo, então, como vulnerabilidade. Espera aí, volta um. Esse aí. Então, aqui o impacto no longo prazo, a gente observa que nessa região a implantação da UHE Novo Mundo, isso caso seja implantado, que não quer dizer que está aqui na avaliação ambiental integrada, que ela vai ser implantada tá, a avaliação ambiental integrada, só uma parte aqui, ela não é um licenciamento ambiental, então ela dá a informação, da informação pro estado pra ele fazer gestão sobre aquele recurso. Então, todos esses empreendimentos, independente, de estarem aqui, eles tem que passar pelo licenciamento ambiental tá, fazer o EIA/RIMA, PCA, todas as fases do licenciamento, então não quer dizer que eu tô falando de todos esses e todos esses vão ser implantados, só depois do licenciamento que a gente vai saber. Então, aqui num longo prazo, a gente vê. Perda de trecho lógico com a UHE Mundo Novo, essa aqui, que é um trechinho pequeno que sobrou do Rio São Marcos né. O rio São Marcos, ele era uma rota migratória de longa distância, com a implantação da UHE Serra do Facão e depois de batalha, ele perdeu essa rota migratória de peixe, dos grandes migradores né. Então, aqui a gente tem uma perda de uma área pequena aqui com a implantação da UHE Novo Mundo, tem eliminação de atas específicas para ictiofauna no Rio Jordão e Perdizes, que é esses 2 rios aqui. Intensificação de conflitos de uso da água também e no Rio Perdizes e Jordão

perda de trecho lóticos de 19 quilômetros no Rio Perdizes e 40 quilômetros no Rio Jordão. São trechos que comportam uma migração de peixes que precisam de uma média distância. Curta e média distância pra se reproduzir. Pro eco sistemas terrestres, a gente tem a perda de vegetação em área de alta prioridade aqui na região de Cristalina, olha aqui. De conectividade, potencial de perda de patrimônios espeologico e paleontológico e no meio sócio econômico interferência no modo de produção e vínculos sociais em Unaí e Cristalina com a implantação da UHE Novo Mundo e em Araguari, nesse município com a implantação das PCHS do Rio Jordão. Tem-se também uma perda de geração de valor de conflito pelo uso do solo, então, tem solos agricultados, recursos minerais, principalmente na região de Patos de Minas e Coromandel que vão ser inundados pelos reservatórios e interferência nas condições de vidas e vínculos sociais e culturais com a implantação da PCH Escada, que é essa PCH pequena aqui, próxima ao Distrito de Alegre em Coromandel. Pode passar. Então, vulnerabilidade no médio prazo. Então, a vulnerabilidade, eu cruzei o mapa de fragilidade com impacto, tem esse mapa de vulnerabilidade, então a gente vê que áreas prioritárias para ictiofauna e perda de trecho lote de aproximadamente 90 quilômetros com a implantação da UHE Davinópolis e Gamela, esses dois empreendimentos aqui. Então, esse remanescente que ficou, que tá em vermelho, ele ganha uma importância maior né porque ele já era importante, se eu perder parte dele, esse aqui, ele é mais importante ainda. Então, conflito de uso da água e da qualidade da água no Alto Paranaíba, nas sub bacias dos Rios Perdizes e Bagage, aqui no Rio Perdizes também. Perda e descontinuidade de trecho lótico nos rios Perdizes com as PCHS e nos Dourados com a CGH Dourado que é aqui. Qualidade da água e dinâmica do sedimentológica, os reservatórios e a jusante também é visto como uma vulnerabilidade no médio prazo. No longo prazo. Pode passar. A gente tem como vulnerabilidade muito alta áreas prioritárias para ictiofauna e perda de trecho lote de aproximadamente 148 quilômetros, então a gente incluiu aqui a PCH escada, a implantação da Davinópolis, Gamela e Estrada, a gente perde 148 quilômetros daquele trecho, mas ainda mantém um trecho de 362 que é esse trecho vermelho aqui que segundo a literatura é suficiente ainda pra manter uma imigração de longa distância para peixes. Fragmentação de trecho lóticos médios, com a implantação da UHE Novo Mundo e conflito de uso da água e qualidade nas sub bacias do Rio Perdizes, como vulnerabilidade alta, a gente tem perda de trecho lote para imigração de média distância no Rio Perdizes, qualidade da água dinâmica do sedimentológica dos reservatórios e a jusante. Pode passar. O que eu falei anteriormente, era vulnerabilidade do eco sistemas aquáticos. Agora, de eco sistemas terrestres. Então, a gente tem no médio prazo, área prioritária pra conservação da biodiversidade, região, onde Coromandel de Tupacigura, as matas de Itumbiara, com uma mata muito vulnerável. Os processos erosivos, instabilidade ou técnicos em torno dos reservatórios, os efeitos indiretos sobre os corpos hídricos e a bioaquática, então a implantação de todos esses empreendimentos, a gente tem essa potencialidade de processos erosivos e instabilidade geotécnica. Já no longo prazo, a gente observa áreas de alta prioridade pra conservação da biodiversidade na região de Cristalina, que seria essa área aqui, esse vermelhinho aqui e com a implantação da UHE Novo Mundo e também na região da PCH Escada, que é aqui, erosões marginais nos reservatórios de Novo Mundo e Paraíso e novos empreendimentos no Rio Perdizes e Jordão, tendo como vulnerabilidade a perda de vegetação predominante savânica fora de área de prioridade de conservação, então isso determina uma menor fragilidade. Pode passar. Agora, vulnerabilidade do médio prazo para a questão sócio econômica, então a gente tem um acréscimo de vulnerabilidade nos municípios de Coromandel e Vazante, principalmente, por causa de implantação de no médio prazo de Davinópolis e Gamela. Comprometimento do uso econômico do solo e recursos naturais,

com a exploração mineral e boa aptidão agrícola e presença de infra estrutura próximo aos aproveitamentos, no caso de... se não me engano, é no caso aqui de Gamela tá próximo de uma sede de um distrito. Presença de infra estrutura próximo ao aproveitamentos, existências de projetos de assentamento. Pode passar. No longo prazo, a gente tem como vulnerabilidade o potencial mineral e aptidão agrícola nos municípios de Unaí, Coromandel, Patos de Minas e Lagamar. Aí com a implantação de escada e o UHE Novo Mundo e nas PCHS do Rio Jordão em conjunto podem representar impactos relevantes do ponto de vista sócio econômico, então a pressão sobre a infraestrutura local, que são várias PCHS que serão implantadas aqui. No Rio Perdizes intensifica os impactos em Douradoquara, que é esse município e Monte Carmelo, que é esse município aqui. Tá chegando no fim, gente. A capacidade de resposta sócio econômica, no médio prazo. Então, a gente observa que nessa região existe uma alta capacidade de respostas em Coromandel e Monte Carmelo que minimiza os efeitos adversos dos empreendimentos, tendo dinamismo econômico, um elevada geração de valor adicionado no e IDH nesses municípios. Pode passar. E no logo prazo, a gente observa uma alta capacidade de resposta em Unaí pra implantação da UHE Novo Mundo. Patos de Minas e Coromandel pra implantação da PCH Escada e isso minimiza os impactos prognosticados né, os impactos no meio sócio econômico. Base sócio econômica restrita em Lagamar e Presidente Olegário, que é uma baixa capacidade de geração de valor econômico de investimento público, limitando... isso limita o enfrentamento e recuperação dos impactos, no caso aqui da PCH Escada. E empreendimentos de pequeno porte no Rio Jordão e Rio Perdizes, que são esses dois aqui ó se localizam em regiões de elevada capacidade de suporte sócio econômico, então, provavelmente, do ponto de vista sócio econômico os impactos vão ser baixos com a implantação desses empreendimentos. Bom, quais são as considerações finais dessa avaliação ambiental integrada. A gente observou que essa região, é uma região que tem uma vocação pra geração de energia hidrelétrica e atividades de agropecuária, também existem áreas prioritárias de extrema importância pra conservação da ictiofauna, no caso aqui é o Alto do Rio Paranaíba. Tem uma predominância de uso antrópicos, atividades agropecuárias e a vegetação nativa se encontra bastante fragmentada. Existem áreas prioritárias pra conservação da biodiversidade nessa área de estudo, existem também conflitos de uso da água. Uma vulnerabilidade sócio econômica predominantemente baixa e média, então isso é uma coisa interessante, quer dizer, é uma região mais rica, que tem uma baixa vulnerabilidade sócio econômica. Catalão, Araguari e Patos de Minas são os principais polos econômicos, aqui eu acho que pode incluir também Unaí nessa região Noroeste né, nessa parte de cima da URC. Atividade agropecuária relevante, o destaque pra Cristalina e Ipameri e recursos minerais, principalmente a leste dessa área, com gemas, rochas, minerais industriais, metais nobres, metais não ferrosos ou semi metais, insumos agrícolas e para construção civil, isso aqui na região de Patrocínio. Agora, eu vou falar assim, de forma resumida, não vou falar de todas as diretrizes que a gente tem nesse documento porque são muitas, eu vou falar as principais diretrizes pra cada tema daquele. Então, pra recursos hídricos e eco sistemas aquáticos, a gente tem como uma diretriz a gestão integrada dos recursos hídricos, o quê que seria isso? Com recomendação, a ampliação, integração de redes de monitoramento hidrológico, uma elaboração de instrumentos de planejamento, plano de saneamento e planos diretores municipais e a consolidação e a integração a nível estadual e federal da outorga dos recursos hídricos. Então, essa abrangência, a abrangência dessa recomendação seria toda a bacia, todos os municípios dessa bacia e a responsabilidade, as empresas do setor elétrico, as instituições de gestão dos recursos hídricos, órgãos ambientais, as administrações municipais, então, assim, são vários atores

que tem que se juntar pra tentar melhorar essa questão ai da gestão integrada dos recursos hídricos. Pode passar. Também pra recursos hídricos e os eco sistemas aquáticos, a avaliação e manutenção do processo migratório de peixes em trechos da bacia do Paranaíba. Então, a implantação de uma rede integrada de monitoramento e a avaliação de rotas migratórias e ambientes associados, então um inventário da diversidade de peixes migradores, inventários em tributários, avaliação da viabilidade de sistema de implantação, sistema de transposição de peixes, isso com abrangência na bacia e a responsabilidade dos órgãos ambientais e empresa do setor elétrico. Isso, essas diretrizes seriam aqueles pontos da avaliação ambiental integrada que o pessoal, quando vai fazer a análise de um EIA deve exigir, deve ficar atento pra essas questões, são esses pontos que são os pontos cruciais a serem cobrados nessa região de estudo. E um terceiro aqui, diretrizes e recomendação para recursos hídricos que seria implantação de um programa de conservação da ictiofauna. O quê que seria isso? A elaboração e implantação de um efetivo plano de conservação para o trecho lógico remanescente do Alto Paranaíba num cenário de implantação dos empreendimentos Davinópolis, Gamela e Escada. Então, quer dizer, hoje a gente tem aquilo lá, como uma área prioritária de conservação, a gente não tem nenhuma garantia que aquilo lá vai continuar como está, então, pensando esse plano de conservação seria juntar esses empreendimentos que estão previstos pra essa região e expor recurso pra realmente fazer daquilo ali uma área preservada. Então, a abrangência seria o Alto Paranaíba envolvidos aqui, os órgãos ambientais e as empresas do setor elétrico envolvidos com esses empreendimentos. Pra meio físico e eco sistemas terrestres, a gente teria a implantação das redes integradas de monitoramento e transportes de sedimentos na bacia e contribuições para conservação da biodiversidade. Como recomendação, promover a conectividade em ambientes naturais, estimular a implantação de unidades de conservação, nessa região tem poucas. Estimular a compensação ambiental em áreas estratégicas pra proteção de recursos hídricos e consolidar o plano de conservação e de uso do em torno de reservatórios, como instrumento de conservação. A abrangência seria toda área de influência dos empreendimentos a serem implantados e a responsabilidade, basicamente, empresa de setor elétrico e órgãos ambientais, é lógico, que aí os órgãos ambientais pra cobrar isso aí, pra ser feito. Entre a sócio economia é... no quesito aspectos econômicos, o estabelecimento de parcerias pro desenvolvimento de sistema de tratamento de efluentes doméstico e industriais. Apoio ao planejamento de uso e ocupação do solo por meios de planos de ordenamento territorial e planos diretores dos municípios. Para o patrimônio cultural, estudo diagnóstico de patrimônio material e de patrimônio também natural, isso, quando for fazer os EIAs né. Desenvolver ações e programas de ações patrimonial, envolvendo patrimônio arqueológico material e material e também medidas potencializadoras de impactos positivos que seria apoiar o projeto de capacitação de gestores municipais, tendo como foco as carências identificadas nos EIAs. Colaborar para a elaboração e atualização do Plano Municipal de Saneamento Básico, é... Plano Diretor Municipal, dentre outros e priorizar a contratação de mão de obra, quando for realizar a obra desses empreendimentos. Então, a abrangência dessas diretrizes seria a bacia e as áreas de influências dos empreendimentos e tendo, como responsabilidade, os órgãos ambientais, empresas do setor elétrico, administrações municipais e empresas do setor de saneamento, Comitês de bacias. Pode passar. Bom, o que eu tinha para falar era isso, espero que eu tenha sido claro, apesar de... eu acho que eu corri muito, mas, a equipe técnica. Pode passar. É uma técnica formada, ela é multidisciplinar, então, a gente tem uma equipe técnica para recursos hídricos, uma equipe de coordenação. Pode passar. E meio físico, eco sistema terrestre, meio sócio econômico, tem uma equipe bastante ampla, é um documento que foi bastante discutido, então, assim, é uma ferramenta

que tá ai disponível agora pro estado, pra questão de gestão dos nossos recursos aí. Obrigado pela atenção. Só... Eu tô a disposição pra responder qualquer dúvida que tiver. **Afonso – Presidente –** Ok. Antônio. **Antônio Eustáquio – MOVER –** Seguinte. Em contato com os companheiros, da URC Triângulo e eles me disseram que essa apresentação já foi feita lá e, inclusive, teve... aconteceram vários questionamentos lá, inclusive do promotor, do doutor Carlos Varela e do Antônio porque é Secretário do Comitê do PN1. Eu vejo com muita preocupação, não sei, se é porque gato escaldado com água quente tem medo de água fria né, então, eu vejo com muita preocupação esses empreendimentos né e um relatório desse aí, eu, particularmente, não acredito nesses relatórios né porque a gente viu inúmeros relatórios que vieram camuflados e trouxeram problemas pra região. Eu queria sugerir pra você que isso fosse apresentado pro PN1, pro afluente neles do Alto Paranaíba, eu sou Conselheiro lá também e pro Comitê do Paranaíba, inclusive, ô Afonso, eu queria que isso constasse em ata porque eu vou levar essa demanda que eu coloco aqui. **Afonso – Presidente –** Ok. **Antônio Eustáquio –** Pros dois Comitês. **Afonso – Presidente –** Ok. **Antônio Eustáquio –** Tá. **Afonso – Presidente –** Perfeito. **Antônio Eustáquio –** Porque a gente tem discutido muito a questão ambiental na nossa região e não leva em conta os Comitês de bacia né e nós temos Comitês fortes na região, como tem o Urucuia, o Paracatu. Eu acho que essa apresentação, ela tinha que ir lá no Paracatu também e no CBH Paracatu, então só aqui eu tô falando 4 Comitês né, que é o Paranaíba, Federal, afluente mineiro do Alto Paranaíba, Paracatu e Urucuia. Então, fica essa sugestão. Eu não vou nem tecer maiores comentários sobre as colocações que os companheiros fizeram lá de... da URC Triângulo porque ia tomar muito tempo e eu não vou entrar em maiores detalhes, com a questão de peixes né, entendeu. Então, fica aqui essa solicitação e uma das questões que me chamou bastante também foi quando se coloca os benefícios e os malefícios, os malefícios cai todos pra questão ambiental e os benefícios vem todos em cima do capital, é benefício pros municípios, pra Paracatu, pra Guarda Mor, pra Vazante, pra Unaí, pra não sei aonde, não sei aonde, não sei aonde né e pro outro lado, a biodiversidade que não tem vez e não tem voz fica com ônus e que acaba refletindo futuramente na própria sociedade porque nós fazemos parte dessa biodiversidade. **Athaíde – MP –** Só por questão de localização aí geográfica. Os empreendedores responsáveis que a Minas PCH Energesy e AEL, os empreendimentos estão localizados aonde no Paranaíba? Só pra gente ter essa noção geográfica aí. É importante também. Esses são empreendimentos já instalados né. **Breno – Empresa SET –** Não. **Athaíde – MP –** A Minas PCH. **Breno – Empresa SET –** Não, não. **Athaíde – MP –** Não né. **Breno – Empresa SET –** São empreendimentos a serem instalados. **Athaíde – MP –** A serem instalados. **Breno – Empresa SET –** Isso. Coloca o mapa. Deixa eu... pode baixar mais, mais. Esse aí. Então, aqui ó. Os empreendimentos da... Deixa eu vou passar aqui pro próprio empreendedor aqui pra ele falar. **Tiago – Minas PCH –** Só um minutinho. Boa tarde, Tiago da Minas PCH. Faço parte aí do grupo de empreendedores que patrocinam a AEL. Pra gente falar dos empreendimentos que a Minas PCH tem interesse né, que tem registro junto a ANEL, isso não quer dizer que os empreendimentos vão ser implantados né, pensando aí no cenário de médio, no cenário de longo prazo. No caso aqui na bacia do Alto Paranaíba são 3 e a gente tem sociedade com a AEL e com a Energest, que são outras empresas que participaram também desse trabalho né. Um deles é só nosso, só tem participação nossa, que seria essa UHE Paraíso, localizada logo a jusante da usina já implantada de Serra do Facão, é um trecho mais ou menos de 17 quilômetros do Rio São Marcos, onde tá prevista a UHE Paraíso. No Rio Paranaíba, a gente tem interesse em Gamela, junto a Energesti, tá localizada logo ao montante da UHE Davinópolis, ela fica localizada aqui no município de Coromandel, eu não falei o município aqui de Paraíso, mas

aqui seria na margem direita o município de Catalão e na margem esquerda o município de Ouvidor tá. E mais a montante um pouquinho, pensando também no cenário de longo, a gente tem interesse junto com a Energesti na PCH Escada né. Ela é a última usina identificada aqui no Alto do Paranaíba, onde você tem a manutenção aqui de um trecho ainda de trezentos e sessenta e poucos quilômetros, como o Breno falou. Essas seriam usinas de interesse da Minas PCH. O Breno pode falar da AEL, as usinas do Jordão. **Breno – Empresa SET** – Da AEL são algumas PCHS não todas. Localizadas aqui no Rio Jordão, então são essas. **Não se identificou** – E mais um detalhe aí que esclarecedor também pra região aqui de Unaí, em relação ao Alto do São Marcos aí, que é a região nossa e parte do Rio Verde, o quê que já tem instalado? É Batalha e... E o quê que tem por instalar também? **Breno – Empresa SET** – O que tem instalado nessa região. Aqui a gente tem Serra do Facão né, é a primeira aqui, você subindo o Rio São Marcos, aqui Batalha, essas duas, são duas CGHS são pequenas, tem uma outra CGH aqui, esses Rios aqui, eu não tô lembrando o nome, mas são rios pequenos tá. E tem previsto a UHE Mundo Novo. Aqui tem a.. é a... é o Rio São Bento que tem também a previsão de uma PCH aqui na... Só complementando a questão da UHE Mundo Novo, que fica localizado aqui no Alto São Marcos. A gente participou das discussões lá no Comitê do Paranaíba né, onde a gente sabe que existe uma discussão latente sobre as questões dos conflitos. Então, a gente imagina que é uma usina que dificilmente vai sair do papel e vai ser implantada. Hoje, não existe nenhum interessado junto à ANEL pra desenvolver esse estudo, então, é uma usina que foi identificada no estudo de inventário feita há anos atrás e hoje você não tem nenhum interessado em realizar essa usina, por conta dos conflitos com o uso da água, principalmente em relação a irrigação. A gente sabe que é uma região, onde se tem uma irrigação forte na área, nos município de Cristalina, no município de Paracatu e também aqui no município de Unaí né. **Não se identificou** – Em relação a Mundo Novo né, a previsão da UHE Mundo Novo né. **Breno – Empresa SET** – Exatamente, tô falando em relação a Mundo Novo. A percepção que a gente tem é que dificilmente algum empreendedor vai querer colocar recursos, envolver esse estudo num cenário aí de médio prazo pra desenvolver essa usina. **Não se identificou** – E um detalhe, Serra do Facão, Coromandel, Goiás, onde que fica localizada lá? **Breno – Empresa SET** – Do lado de Goiás, ela tá no município de Catalão. **Não se identificou** – Catalão né. **Breno – Empresa SET** – Catalão. Tem outros municípios, ela abrange outros municípios também né. Ela, acho que cerca de 90% do reservatório de Serra do Facão tá localizado dentro do estado de Goiás e uns 10% ou até um pouco menos, tá dentro do estado de Minas Gerais. **Não se identificou** – Tá e Batalha que já tá instalado também é Paracatu, não é isso? Ou não? Ou... qual que é a região da Batalha? **Breno – Empresa SET** – Batalha, se não me engano, ele pega o município de Cristalina também, margem esquerda, não sei te falar quais são os municípios né. Paracatu e Cristalina né região né, Antônio. **Athaíde – MP** - Um outro detalhe também, a gente queria saber, que é interessante pra região, o pessoal que estuda aí no dia a dia, qual que é a possibilidade de disponibilizar ou parte ou integridade do estudo também ou alguma conclusão né, até mesmo no campo lá dos relatórios da SEMAD né, preenche de forma virtual, que aí pode ser uma fonte de pesquisa aí para os interessados né. **Breno – Empresa SET** – Certo. **Cássio Araujo – Gestor Ambiental SEMAD** – Os produtos daí, do PN1, do Alto do Rio Paranaíba, eles tão disponíveis no site eletrônico da SEMAD, www.meioambiente.mg.gov.br. **Não se identificou** – Então, já tá disponível, então né. **Cássio Araujo – Gestor Ambiental SEMAD** – Sim. **Athaíde – MP** – Não. Tá ótimo porque essa publicidade vem a calhar, vamos dizer assim, a informação técnica pode interessar para a sociedade civil, para a população em geral. Só mais um detalhe aí que é esclarecedor também, então essa avaliação

ambiental integrada, ela aconteceu previamente a qualquer interesse efetivo da instalação da unidades de geração de energia, foi essa, esse o monte que foi conferido né. **Cássio Araujo – Gestor Ambiental SEMAD –** Como é que funciona. Quando a gente começou a fazer a AI né, lá em 2014, foi o ano base da AI, alguns processos na bacia já encontravam-se em andamento, outros já concluídos e alguns que nem iniciaram ainda. A DN 175, que é a legislação que permeia os estudos de avaliação ambiental integrada, tem um dispositivo lá que prevê, quando a AI, obrigatória pelo estado de Minas Gerais né e houve um despacho, falando que no PN1 seria obrigatório a realização da IA, todos os processos da bacia ficam sobressados, ficam paralisados, então, as SUPRAMS paralisam a análise de licenciamento e isso é retomado, após a AI ser acatado e as apresentações serem feitas na URC. **Não se identificou –** Perfeito. **Pedro – SEDA –** Primeira vez que eu tô acompanhando porque a gente teve, a gente inseriu ao sistema, ao SISEMA, enfim, aos colegiados ambientais tem pouco tempo, a partir do início do ano e Geraldinho veio na última. **Não se identificou –** Isso. **Pedro – SEDA –** Reunião, Geraldinho e era, fazia parte do IGAM, foi Sub Secretario, foi pro IGAM e veio pra Secretaria de Desenvolvimento Agrário e tocou no suplente dele. Eu queria perguntar dois pontos, o primeiro referente ao financiamento desse estudo, foram esses empreendedores que financiaram, eu não sei, se tem algum problema falar, mas eu queria ter a dimensão do custo e do impacto disso, do valor desse estudo e da fonte do recurso, só pra entender um pouco dentro disso. E segundo, se existe um pouco, concordando com o Tonhão, foi muito genérico, seja diretrizes, seja os impactos sócio ambientais, no sentido de que olha, vai chegar o desenvolvimento, vai ter alguma relação de geração econômica e etc., mas se tem no estudo geral algum geral algum impacto sobre agricultura familiar especificamente. Cada bacia dessa tem um impacto grande pra produção e pro acesso a água daqueles agricultores familiares que estão a jusante, nem que tão ali depois e etc. Então, eu queria entender e normalmente os conflitos ambientais surgem daí, a maioria dos conflitos ambientais surgem dessa questão da falta de água e dos impactos produtivos daquelas comunidades, então, se no estudo já avançou pra uma análise desse ponto ou continua nesses dados secundários de impacto e etc. Então, seria esses dois pontos que eu queria abrir pro diálogo, obrigado. **Tiago – Minas PCH –** Com relação ao patrocínio aí da Ai, foram as empresas, são essas 3 empresas que patrocinaram esse AI. As condições comerciais que a gente teve a época, eu até nem me recordo aqui, mas, fosse a valores de hoje, eu imagino que uma AI, como a gente não tem dados primários de coleta, tudo é feito com base em dados secundários né, imagens de satélite, ligações em Prefeituras e tudo mais. Hoje, estaria na ordem de 400 a 500 mil reais uma AI desse porte, mais ou menos isso. **Não se identificou –** A questão, se a gente avançou né, na questão dos conflitos, a informação dos conflitos, tudo, como o Tiago falou, a gente fez esse trabalho com base em dados secundários, então em dados disponíveis aí tanto de órgãos oficiais, quanto de estudos ambientais que estavam em andamento. Só lembrando que a avaliação ambiental integrada não, eu não licencio o empreendimento, o que eu falei anteriormente, tem que passar pelo licenciamento ambiental, que é quando você vai dar um foco naquela área que você vai implantar o empreendimento, então ali você vai focar e vai detalhar todas as informações, tá. É uma coisa que eu acho que o Cássio pode até falar nisso, eles tão discutindo na SUPRAM hoje em mudar essa DN né, Cássio e, talvez, com dados primários nas próximas, estão se pensando nisso e, realmente, é uma coisa que agregaria muito, mas a DN não exige a coleta de dados primários tá, a DN atual. **Cássio – SEMAD –** É importante frisar que esse estudo de AI do PN1, ele foi analisado pela nossa diretoria lá na SEMAD, ele foi protocolado na SEMAD, foi enviado pela nossa diretoria, diretoria de estudos e projetos ambientais e lá foi feito a análise de estudo, se estava observando o disposto no termo de referência, anexo a

DN COPAM 175, foram pedidos 3 complementações, ele foi protocolado em 2015 e teve parecer de final de 2016 ainda, pedindo complementação e, após todas as complementações, foi emitido um parecer técnico favorável e com base nesse parecer o Secretario de Meio Ambiente emitiu uma resolução aprovando o estudo. Então, ele foi analisado pela nossa diretoria, ok. Quanto a proposta de revisão da DN 175, de fato, a gente tá minutando uma nova... nova deliberação, mas ainda tá em estágio inicial e será aberto a discussão dentro do Conselho Estadual de Política Ambiental. **Não se identificou** – Só colaborando com o que o Cássio colocou e com o que o Breno colocou. A gente pôde participar de outras avaliações ambientais integradas dentro do estado de Minas Gerais e a gente vê que isso tá sendo uma evolução contínua do trabalho. Primeiro aí na bacia de Santo Antônio, que é um rio afluente da bacia do Doce, foi feito pela UFU. Depois, foi feito a ida do sócio Rio Grande que é da DO4, é um afluente também da bacia do Rio Doce e a gente nota a melhoria contínua desses trabalhos né, que a DN é uma das deliberações normativas relativamente recente, nós tamos falando aí de 2012 e essa alteração aí com certeza vai vim pra tentar somar né, informações técnicas, dados primários de campo, participação da sociedade, como o Antônio Eustáquio colocou, que eu acho que é fundamental. Existem outros estados aí, onde já existe essa participação da sociedade durante a elaboração da AI, então eu acho que essa evolução, ela foi continuada, então o objetivo dessa, aí do PN1, ele não para por aqui né, vão vir outras AI por aí que podem ser uma evolução natural desses trabalhos. **Major Luis Alves -16ª Meio de Trânsito** – Eu corroboro com as palavras do Tonhão, aproveitar que o doutor Ataíde tá aqui, que ele é o Coordenador da bacia do Alto Paranaíba. O que a gente percebe é o seguinte, principalmente, ao que se refere aos recursos hídricos, que é um bem infinito né, esses empreendedores aí, quase sempre a satisfação em interesses pessoais, eu não tô falando especificamente vocês da área de energia não, mas, inclusive, os agricultores aqui da região, a gente percebe assim, que eles utilizam um bem coletivo, eu vou ousar dizer que alguns aqui conhecidos tão, talvez, até bilionários e a gente não percebe nenhuma contra partida pra sociedade, comunidade, como um todo. Eu acho que tá na hora da gente começar a avaliar esse tipo de situação e pensar nas gerações futuras né. Qual é a contra partida que esse pessoal tá dando em se utilizando um bem coletivo, que é um bem da coletividade, principalmente, os recursos hídricos, que esse ano eu revejo que, inclusive, nós vamos ter diversos conflitos por água aqui em toda região Noroeste de Minas, eu não tô falando especificamente do projeto de vocês, do estudo não, mas, de forma geral. **Não se identificou** – Só pra comentar uma questão, essas usinas, as usinas maiores né que são chamadas UHS, é o caso de Serra do Facão, de Batalha, Gamella, Davinópolis, que não estão implantadas ainda estas últimas duas, elas tem previstos na lei de SNUC o meio por cento, relativo a compensação ambiental, então meio por cento referente ao valor do investimento é destinado a unidade de conservação preferencialmente que estejam localizadas na região. Então, é uma oportunidade das unidades de conservação existentes e até locais, onde não existem, pra que seja criado e fomentada unidade de conservação pra que realmente venha pra prática essas áreas de conservação. **Athaíde – MP** – É bem vinda a sugestão aí do PM Major Luis Alves né, companheiro de longas datas aí do Ministério Público na área ambiental e recentemente, no mês de fevereiro, nós tivemos aí a participação na cidade de Maceió, junto com a agência Peixe Vivo e junto com a Presidência do Comitê Hidrográfico da Bacia do São Francisco né, captando aí pro jornalista, pela pessoa popular do Donivaldo né, que tem um conhecimento grande da área e ele... da área ambiental e hídrica né, vamos dizer aí. E houve uma certa cobrança o porquê de que cada bacia hidrográfica né, seja, ser setor do Paracatu, do Urucuia né, ainda não estabeleceu a cobrança pelo uso do recurso hídrico, então, na calha do São Francisco, salvo melhor consideração, acredito que é ¼ de

centavo por metro cúbico, isso aí tem dado uma arrecadação, salvo engano, sem precisão de dados, é claro né, de cerca de 20 milhões de reais por ano, então, eu acho que... Claro, que o Ministério Público é só uma voz né, já que se fala em coletiva, aproveitando aí o que o Luis Alves falou, é hora aí de se pensar ai que cada Comitê possa estabelecer sua agência executiva, a qual determina a lei federal e estabelecer os critérios aí pra discutir a cobrança, a melhor forma de racionalizar e democratizar o acesso aí da água e como uso de bem coletivo é a questão porque aporte aí na questão do agronegócio, aporte também na geração de energia elétrica né, então, aproveitando a sociedade civil aqui que tá participando é hora de pensar em discutir essa questão aqui na... Vamos dizer assim, até na questão do alto rio né, quando a referência a região nossa pelos colegas aí de Maceió, lá fala em baixo rio, que já tem essa cobrança, já tem um monitoramento maior, através da cobrança e nós aqui do alto rio precisamos estabelecer a questão da agência executiva e demais requisitos da legislação federal pra estabelecer essa cobrança aí né. **Antônio Eustáquio – MOVER –** Doutor, só pra informar pro senhor e pro pessoal aqui. O Comitê do Paracatu já tá discutindo a questão de cobrança e na última plenária nossa, no mês passado, nós tiramos uma diretriz que é no sentido de... lá tava presente o Presidente do Urucuia, que é o Zé Américo, companheiro nosso aqui da URC, tiramos umas diretrizes de realizarmos os próximos dias uma reunião conjunta dos dois Comitês exatamente pra apurar essa discussão a respeito da cobrança. Bom, eu já que vocês falaram muito em conflito aí, eu quero perguntar aqui aos presentes, se alguém tem notícia de algum lugar aqui na nossa região que não tem conflito pelo uso de água, que não tem? Uma coisa é o que tem na realidade, outra coisa é o decreto que o estado emite entendeu, então, isso é generalizado no país a fora, a gente roda e tá vendo isso. Eu acho que se a gente não tiver um estudo desse, com dados primários, detalhadíssimo, nós vamos criar um conflito sem precedentes e a bomba vai estourar dentro das URCS, dentro dos órgãos de licenciamento, a polícia vai acabar os cabelos e tudo, entendeu porque a situação é complicada e quanto mais a gente vai conversando sobre isso, a hora que o pessoal vai entendendo, a gente vai esmiuçar e a gente vai ficar uma semana pontuando os problemas né. Eu tô vendo aí lá no Paranaíba, a gente discute muito a respeito da questão da usina lá do Mundo Novo, você mesmo falou aí, o pessoal só não vai montar isso lá por causa dos irrigantes porque lá tá em pé de guerra, eu vi agora, foi decretado, foi, teve uma resolução agora que a prioridade de uso de água na bacia do São Marcos é pra irrigação, nós já estamos com problema de sobra naquela região e, por isso, que não tem nenhum empreendedor que quer entrar num salseiro daquele porque, se o pessoal de Batalha soubesse que ia acontecer o que aconteceu lá, eles não tinham entrado, encarado Batalha não, a usina de Batalha não. Então, fica aí essa questão e outra coisa que eu queria comentar rapidamente. Você falou sobre os recursos que vão pra cumprir o que tá na lei SNUC, Sistema Nacional de Unidade de Conservação, beleza. Só que o recurso que tem entrado pelo estado a fora tá indo pra regularização fundiária e aí pega um recurso que entra aqui, eles manda lá pro Sul de Minas né, pra resolver problema lá, é o que a gente já tentou várias vezes, nós temos uma unidade de conservação em Paracatu, que protege os mananciais e o abastecimento da COPASA que abastece Paracatu. Aqui, nós não estamos vendo recurso vindo pra cá, vai pra não sei aonde né, então, é um problema, eu não sei, como é que nós vamos resolver porque daqui a uns dias, vai ficar irreversível, Paracatu hoje já faz racionamento, não tô dizendo escondido, mas camuflado de água na cidade há um bom tempo já né, e a sociedade não vê, mas a gente que é mais ou menos dentro da área, a gente está percebendo isso e o caos tá instalado. Em Paracatu mesmo, tem um representante da COPASA aqui que, se ele entrar em detalhes, eles vão mostrar através de números que nós estamos num problema seriíssimo na cidade, irreversível né, então, eu espero que a gente

chegue nos dados primários brevemente, o estado não devia ter aprovado essa apresentação que foi feita porque eles agem só dentro da politicagem, não agem tecnicamente, politicamente correto, então, jogam a bomba lá na mão da sociedade pra estourar aqui e na própria sociedade, tá bom. Fica essas considerações, tô fazendo isso pra alertar e pra que o pessoal lembre do que a gente tá colocando aqui agora pra que no futuro a gente não tenha maiores problemas aqui dentro. **Afonso – Presidente** – Ok. Mais alguém? Muito obrigado pela excelente apresentação, agradeço a vocês. Eu vou seguir, eu vou conceder a palavra para o gestor ambiental da SEMAD, Cássio Fernandes, por favor, Cássio. **Cássio – SEMAD** – Eu queria falar um pouco sobre a revisão da DN COPAM 175 que, atualmente, é feita apenas uma reunião técnica e informativa com os Conselheiros da URC, como essa que aconteceu agora e a nossa proposta é que seja feita umas duas consultas ao longo da elaboração da AI com a sociedade pra que legitime mais esse processo, não seja algo apenas informativo, ok. Essa que é a nossa proposta. **Afonso – Presidente** – Ok. Obrigado. Eu, vamos encerrar, eu declaro, então, encerrada a 91ª Reunião Ordinária da Unidade Colegiada Noroeste de Minas, obrigado a todos e um bom retorno.